

**Termo de Notificação 02579/2017-1**

**Processo:** 03367/2016-1

**Classificação:** Controle Externo - Fiscalização - Levantamento

**Descrição complementar:** Termo de Notificação

**Criação:** 29/09/2017 16:26

**Origem:** SGS - Secretaria-Geral das Sessões

**JURISDICIONADOS:** CÂMARAS E PREFEITURAS MUNICIPAIS

**ASSUNTO:** FISCALIZAÇÃO – LEVANTAMENTO

Fica a **Câmara Municipal de Baixo Guandu**, por seu representante legal, **NOTIFICADA** da determinação constante do **item 2 do Acórdão TC-471/2017 – Plenário**, prolatado nos autos do Processo TC-3367/2016, que trata de Fiscalização – Levantamento.

Acompanha este Termo cópia do **Acórdão TC-471/2017 – Plenário**.

Vitória, 29 de setembro de 2017.

**ODILSON SOUZA BARBOSA JUNIOR**

**Secretário-Geral das Sessões**

(Por delegação - Portaria N nº 021/2011)

REC# BC

FOLHA Nº 02  
DATA 22/11/17  
PROCESSO Nº 849/2017  
[Assinatura]  
PROTOCOLO CMBS

FOLHA Nº 04  
DATA 21/05/18  
PROCESSO Nº 344/2018  
[Assinatura]  
PROTOCOLO CMBS

**ACÓRDÃO TC-471/2017 - PLENÁRIO**

FOLHA Nº 05  
DATA 20/05/18  
PROCESSO Nº 347/2018  
118  
PROTOCOLO CMBS

**PROCESSO**

- TC-3367/2016

**JURISDICIONADOS**

- CÂMARA MUNICIPAL DE ALEGRE, CÂMARA MUNICIPAL DE ANCHIETA, CÂMARA MUNICIPAL DE ARACRUZ, CÂMARA MUNICIPAL DE ALFREDO CHAVES, CÂMARA MUNICIPAL DE AFONSO CLÁUDIO, CÂMARA MUNICIPAL DE ATÍLIO VIVÁCQUA, CÂMARA MUNICIPAL DE BREJETUBA, CÂMARA MUNICIPAL DE BAIXO GUANDU, CÂMARA MUNICIPAL DE BARRA DE SÃO FRANCISCO, CÂMARA MUNICIPAL DE CARIACICA, CÂMARA MUNICIPAL DE CASTELO, CÂMARA MUNICIPAL DE COLATINA, CÂMARA MUNICIPAL DE CONCEIÇÃO DA BARRA, CÂMARA MUNICIPAL DE CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM, CÂMARA MUNICIPAL DE DOMINGOS MARTINS, CÂMARA MUNICIPAL DE DIVINO DE SÃO LOURENÇO, CÂMARA MUNICIPAL DE FUNDÃO, CÂMARA MUNICIPAL DE GUARAPARI, CÂMARA MUNICIPAL DE GOVERNADOR LINDENBERG, CÂMARA MUNICIPAL DE IBATIBA, CÂMARA MUNICIPAL DE IBIRAÇU, CÂMARA MUNICIPAL DE ITAGUAÇU, CÂMARA MUNICIPAL DE ITAPEMIRIM, CÂMARA MUNICIPAL DE ITARANA, CÂMARA MUNICIPAL DE IÚNA, CÂMARA MUNICIPAL DE ICONHA, CÂMARA MUNICIPAL DE IRUPI, CÂMARA MUNICIPAL DE JAGUARÉ, CÂMARA MUNICIPAL DE JOÃO NEIVA, CÂMARA MUNICIPAL DE LINHARES, CÂMARA MUNICIPAL DE LARANJA DA TERRA, CÂMARA MUNICIPAL DE MANTENÓPOLIS, CÂMARA MUNICIPAL DE MARATAÍZES, CÂMARA MUNICIPAL DE MARILÂNDIA, CÂMARA MUNICIPAL DE MONTANHA, CÂMARA MUNICIPAL DE MUQUI, CÂMARA MUNICIPAL DE MARECHAL FLORIANO, CÂMARA

Assinado digitalmente  
SÉRGIO MANOEL NADER  
BORGES  
19/07/2017 13:43  
Assinado digitalmente  
RODRIGO FLAVIO FREIRE  
FARIAS CHAMOUN  
19/07/2017 14:45  
Assinado digitalmente  
DOMINGOS AUGUSTO  
TAUFNER  
19/07/2017 14:59  
Assinado digitalmente  
LUCIANO VIEIRA  
19/07/2017 15:11  
Assinado digitalmente  
ODILSON SOUZA BARBOSA  
JUNIOR  
20/07/2017 18:58  
Assinado digitalmente  
MARCO ANTONIO DA SILVA  
26/07/2017 15:30

FOLHA Nº 05  
DATA 22/11/17  
PROCESSO Nº 849/2017  
118  
PROTOCOLO CMBS

MUNICIPAL DE MUNIZ FREIRE, CÂMARA MUNICIPAL DE MIMOSO DO SUL, CÂMARA MUNICIPAL DE NOVA VENÉCIA, CÂMARA MUNICIPAL DE PANCAS, CÂMARA MUNICIPAL DE PINHEIROS, CÂMARA MUNICIPAL DE PIÚMA, CÂMARA MUNICIPAL DE PONTO BELO, CÂMARA MUNICIPAL DE PRESIDENTE KENNEDY, CÂMARA MUNICIPAL DE SERRA, CÂMARA MUNICIPAL DE SOORETAMA, CÂMARA MUNICIPAL DE SANTA LEOPOLDINA, CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO MATEUS, CÂMARA MUNICIPAL DE SANTA MARIA DE JETIBÁ, CÂMARA MUNICIPAL DE SANTA TERESA, CÂMARA MUNICIPAL DE VIANA, CÂMARA MUNICIPAL DE VITÓRIA, CÂMARA MUNICIPAL DE VARGEM ALTA, CÂMARA MUNICIPAL DE VENDA NOVA DO IMIGRANTE, CÂMARA MUNICIPAL DE VILA VALÉRIO, CÂMARA MUNICIPAL DE VILA VELHA, CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO GABRIEL DA PALHA, PREFEITURA MUNICIPAL DE ALEGRE, PREFEITURA MUNICIPAL DE ANCHIETA, PREFEITURA MUNICIPAL DE APIACÁ, PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BRANCA, PREFEITURA MUNICIPAL DE AFONSO CLÁUDIO, PREFEITURA MUNICIPAL DE ALFREDO CHAVES, PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA DOCE DO NORTE, PREFEITURA MUNICIPAL DE ARACRUZ, PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO RIO NOVO, PREFEITURA MUNICIPAL DE ATÍLIO VIVÁQUA, PREFEITURA MUNICIPAL DE BREJETUBA, PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA ESPERANÇA, PREFEITURA MUNICIPAL DE BAIXO GUANDU, PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JESUS DO NORTE, PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA DE SÃO FRANCISCO, PREFEITURA MUNICIPAL DE CARIACICA, PREFEITURA MUNICIPAL DE CASTELO, PREFEITURA MUNICIPAL DE COLATINA, PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCEIÇÃO DA BARRA, PREFEITURA MUNICIPAL DE

FOLHA Nº 06  
DATA 22/05/18  
PROCESSO Nº 347/2018  
PROTÓCOLO CM32

FOLHA Nº 04  
DATA 22/05/18  
PROCESSO Nº 347/2018  
PROTÓCOLO CM32

CONCEIÇÃO DO CASTELO, PREFEITURA MUNICIPAL DE  
CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM, PREFEITURA MUNICIPAL  
DE DOMINGOS MARTINS, PREFEITURA MUNICIPAL DE  
DORES DO RIO PRETO, PREFEITURA MUNICIPAL DE  
DIVINO DE SÃO LOURENÇO, PREFEITURA MUNICIPAL  
DE ECOPORANGA, PREFEITURA MUNICIPAL DE  
FUNDÃO, PREFEITURA MUNICIPAL DE GUAÇUÍ,  
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAPARI, PREFEITURA  
MUNICIPAL DE GOVERNADOR LINDENBERG,  
PREFEITURA MUNICIPAL DE ICONHA, PREFEITURA  
MUNICIPAL DE IBATIBA, PREFEITURA MUNICIPAL DE  
IBIRAÇU, PREFEITURA MUNICIPAL DE IBITIRAMA,  
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAGUAÇU, PREFEITURA  
MUNICIPAL DE ITAPEMIRIM, PREFEITURA MUNICIPAL  
DE ITARANA, PREFEITURA MUNICIPAL DE IÚNA,  
PREFEITURA MUNICIPAL DE IRUPI, PREFEITURA  
MUNICIPAL DE JAGUARÉ, PREFEITURA MUNICIPAL DE  
JERÔNIMO MONTEIRO, PREFEITURA MUNICIPAL DE  
JOÃO NEIVA, PREFEITURA MUNICIPAL DE LINHARES,  
PREFEITURA MUNICIPAL DE LARANJA DA TERRA,  
PREFEITURA MUNICIPAL DE MANTENÓPOLIS,  
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARILÂNDIA, PREFEITURA  
MUNICIPAL DE MONTANHA, PREFEITURA MUNICIPAL  
DE MUQUI, PREFEITURA MUNICIPAL DE MUCURICI,  
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARATAÍZES,  
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARECHAL FLORIANO,  
PREFEITURA MUNICIPAL DE MUNIZ FREIRE,  
PREFEITURA MUNICIPAL DE MIMOSO DO SUL,  
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA VENÉCIA,  
PREFEITURA MUNICIPAL DE PINHEIROS, PREFEITURA  
MUNICIPAL DE PIÚMA, PREFEITURA MUNICIPAL DE  
PANCAS, PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTO BELO,  
PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRO CANÁRIO,  
PREFEITURA MUNICIPAL DE PRESIDENTE KENNEDY.

FOLHA Nº 07  
DATA 21/05/18  
PROCESSO Nº 3064/2016  
CMRG

FOLHA Nº 85  
DATA 22/12/17  
PROCESSO Nº 8491/2017  
CMRG

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO BANANAL,  
PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO NOVO DO SUL,  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SERRA, PREFEITURA  
MUNICIPAL DE SOORETAMA, PREFEITURA MUNICIPAL  
DE SÃO DOMINGOS DO NORTE, PREFEITURA  
MUNICIPAL DE SÃO GABRIEL DA PALHA, PREFEITURA  
MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO CALÇADO, PREFEITURA  
MUNICIPAL DE SANTA LEOPOLDINA, PREFEITURA  
MUNICIPAL DE SÃO MATEUS, PREFEITURA MUNICIPAL  
DE SANTA MARIA DE JETIBÁ, PREFEITURA MUNICIPAL  
DE SÃO ROQUE DO CANAÃ, PREFEITURA MUNICIPAL  
DE SANTA TERESA, PREFEITURA MUNICIPAL DE VIANA,  
PREFEITURA MUNICIPAL DE VITÓRIA, PREFEITURA  
MUNICIPAL DE VARGEM ALTA, PREFEITURA MUNICIPAL  
DE VILA VALÉRIO, PREFEITURA MUNICIPAL DE VENDA  
NOVA DO IMIGRANTE, PREFEITURA MUNICIPAL DE  
VILA PAVÃO E PREFEITURA MUNICIPAL DE VILA VELHA

**ASSUNTO** - FISCALIZAÇÃO - LEVANTAMENTO

FOLHA Nº 08  
DATA 20/05/18  
PROCESSO Nº 347/2018  
MPO

**EMENTA**

**LEVANTAMENTO EM FACE DO CUMPRIMENTO DA DECISÃO  
TC-6622/2015 – SISTEMA DE CONTROLE INTERNO DOS  
MUNICÍPIOS DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO – ACOLHER  
RELATÓRIO TÉCNICO 6/2016 – DETERMINAÇÕES – TORNAR  
PÚBLICO O RELATÓRIO – ARQUIVAR.**

FOLHA Nº 06  
DATA 22/11/17  
PROCESSO Nº 849/2017  
PROTÓCOLO CMBG

**O EXMO. SR. CONSELHEIRO EM SUBSTITUIÇÃO MARCO ANTONIO DA SILVA:**

Cuidam os presentes autos de levantamento, com o objetivo de avaliar o Sistema de Controle Interno dos municípios do Estado do Espírito Santo, em cumprimento à Decisão TC 6622/2015, que determinou a inclusão no Plano Anual

de Fiscalização – PAF 2016 a implementação e a manutenção do Controle Interno, nos termos da Resolução TC 227/2011, alterada pela Resolução TC 257/2013, no Município de Jerônimo Monteiro e nos demais Municípios Capixabas.

Em cumprimento às determinações contidas no Plano de Fiscalização, exercício de 2016, foi elaborado o Relatório de Levantamento nº 6/2016, contendo proposta de diversas medidas a serem tomadas por esta Corte de Contas.

A área técnica, através da Secretaria de Controle Externo de Fiscalização dos Municípios, nos termos da Instrução Técnica Conclusiva 03907/2016-1, acolheu *in totum* a proposta de encaminhamento contida no Relatório de Levantamento nº 6/2016, com o indicativo de tornar público o Relatório em questão, da Instrução Técnica Conclusiva e o Acórdão que vier a ser proferido, com seus fundamentos legais, classificando todas as demais peças deste processo como sigilosas e seu consequente arquivamento, após vista do Ministério Público Especial de Contas.

O Ministério Público Especial de Contas, mediante o Parecer 01143/2017-9, da lavra do Procurador, Dr. Luis Henrique Anastácio da Silva, acompanhou integralmente o entendimento da área técnica, nos termos de instrução técnica conclusiva.

Assim, vieram os autos a este Magistrado de Contas para emissão de relatório e voto para efeito de deliberação do Plenário deste Egrégio Tribunal de Contas, na forma do art. 29 do Regimento Interno, Resolução TC nº 261/2013.

**É o relatório.**

## **VOTO**

FOLHA Nº 09  
DATA 22/05/18  
PROCESSO Nº 344/2018  
PROTÓCOLO CMBC

Da análise dos autos, verifico que à área técnica e o Ministério Público Especial de Contas opinaram pelo atendimento à proposta de encaminhamento apresentada Relatório de Levantamento nº 6/2016, bem como pelo arquivamento dos presentes autos.

Desse modo, transcreve-se o posicionamento da área técnica, nos termos da Instrução Técnica Conclusiva - ITC nº 03907/2016-1, *verbis*:

FOLHA Nº 07  
DATA 22/11/17  
PROCESSO Nº 849/2017  
PROTÓCOLO CMBC

[...]

### 3. PROPOSTA DE ENCAMINHAMENTO

3.1. Ante ao exposto, sugere-se ao Plenário/Câmara desta Corte de Contas, com fundamento no art. 319, parágrafo único, inciso IV, c/c art. 329, § 6º e no art. 207, inciso V do RITCEES, que acolha a proposta de encaminhamento formulada no Relatório de Levantamento nº 6/2016, nos seguintes termos:

a) Promover a alteração no § 1º do art. 3º da Resolução 227/2011, de modo a retirar a obrigatoriedade do envio das alterações dos normativos pelos jurisdicionados, conforme item 3.1 do Relatório de Levantamento nº 6/2016;

b) Determinar aos jurisdicionados a disponibilizarem, em seus portais, as versões atualizadas de todos os normativos (Leis, Decretos, Instruções Normativas, Procedimentos, entre outros), inclusive o Manual de Controle Interno, de forma a dar total acessibilidade pública, em atenção ao art. 6º da Lei 12.527/2011 (Lei de Acesso a Informação);

c) Autorizar e determinar que sejam adotadas as providências necessárias, no âmbito desta Corte, para a criação de mecanismos para a recepção estruturada e por meio eletrônico dos atos normativos que dizem respeito ao Sistema de Controle Interno dos órgãos e entidades sob a jurisdição do TCEES.

d) Elaborar capacitação para os responsáveis e demais agentes dos SCIs dos órgãos envolvidos, com conteúdo de excelência prática e carga horária de pelo menos 16 (dezesseis) horas, abordando estudo de caso, exercícios sobre elaboração de normativos, procedimentos e, especialmente, com abordagem à questão da Avaliação de Riscos;

e) Autorizar a utilização dos resultados desse levantamento na composição da matriz de risco prevista no Manual De Auditoria de Conformidade, aprovado por meio da Res. TC 287/2015;

f) Estabelecer critérios para subsidiar ações de controle para resgatar os órgãos que estão abaixo da média de 36,9 pontos, com base nas tabulações dos diversos cenários apresentados, principalmente naquele de Visão Geral (toda a população) sem influência das Faixas de Receita (Item 4.3 do Relatório de Levantamento nº 6/2016).

3.2. Conforme art. 144 da Lei Complementar nº 621/2012, tornar público o Relatório de Levantamento 06/2016, esta Instrução Técnica Conclusiva e o Acórdão que vier a ser proferido, com seus fundamentos legais, classificando todas as demais peças deste processo como sigilosas, com base no art. 25 da Lei nº 12.527/2011 c/c art. 4º, parágrafo único, da Res. TC 279/2014.

3.3. Arquive os presentes autos, após vista do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas, em atendimento ao art. 330, I c/c art. 303 e art. 38, inciso II do RITCEES. - (g.n)

Por seu turno, o Ministério Público Especial de Contas, mediante o Parecer 01143/2017-9, acompanhou o entendimento da área técnica e pugnou no mesmo sentido.

Assim sendo, entendo que assiste razão a área técnica e ao Ministério Público Especial de Contas, quanto ao opinamento realizado, no sentido de

acolhimento dos termos da proposta de encaminhamento apresentada no Relatório de Levantamento nº 6/2016, razão pela qual adota tal manifestação como razão de decidir.

Ante ao exposto, acompanhando o posicionamento da área técnica e do Ministério Público Especial de Contas, **VOTO** no sentido de que o Plenário deste Egrégio Tribunal de Contas assim delibere:

1. **Acolha a proposta de alteração do § 1º, do art. 3º da Resolução 227/2011, de modo a retirar a obrigatoriedade do envio das alterações dos normativos pelos jurisdicionados, conforme item 3.1 do Relatório de Levantamento nº 6/2016, promovendo-a através do meio cabível;**
2. **Determine aos jurisdicionados a disponibilização, em seus portais, das versões atualizadas de todos os normativos (Leis, Decretos, Instruções Normativas, Procedimentos, entre outros), inclusive o Manual de Controle Interno, de forma a dar total acessibilidade pública, em atenção ao art. 6º da Lei 12.527/2011 (Lei de Acesso a Informação);**
3. **Autorize e determine que sejam adotadas as providências necessárias, no âmbito desta Corte, para a criação de mecanismos para a recepção estruturada e por meio eletrônico dos atos normativos que dizem respeito ao Sistema de Controle Interno dos órgãos e entidades sob a jurisdição do TCEES;**
4. **Elabore capacitação para os responsáveis e demais agentes dos SCIs dos órgãos envolvidos, com conteúdo de excelência prática e carga horária de pelo menos 16 (dezesesseis) horas, abordando estudo de caso, exercícios sobre elaboração de normativos, procedimentos e, especialmente, com abordagem à questão da Avaliação de Riscos;**
5. **Autorize a utilização dos resultados do levantamento na composição da matriz de risco prevista no Manual de Auditoria de Conformidade,** aprovado por 09  
meio da Resolução TC 287/2015;  
DATA 22/05/17  
PROCESSO Nº 249/2017  
PROTÓCOLO CMG
6. **Estabeleça critérios para subsidiar ações de controle para resgatar os órgãos que estão abaixo da média de 36,9 pontos, com base nas**

FOLHA Nº 31  
DATA 24/05/17  
PROCESSO Nº 249/2017  
PROTÓCOLO CMG



tabulações dos diversos cenários apresentados, principalmente naquele de Visão Geral (toda a população) sem influência das Faixas de Receita (Item 4.3 do Relatório de Levantamento nº 6/2016);

7. Promova a publicação, nos termos do art. 144 da Lei Complementar Estadual nº 621/2012, do Relatório de Levantamento 06/2016, a Instrução Técnica Conclusiva, ITC nº 03907/2016-1 e o Acórdão oriundo desta decisão, com seus fundamentos legais, classificando todas as demais peças deste processo como sigilosas, com base no art. 25 da Lei nº 12.527/2011 c/c art. 4º, parágrafo único, da Resolução TC 279/2014.

**VOTO**, por fim, no sentido de que promovidas às comunicações devidas e, nos termos do art. 330, inciso I, do Regimento Interno deste Tribunal, Resolução nº 261/2013, arquite-se os presentes autos.

É como voto.

### ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os autos do Processo TC-3367/2016, **ACORDAM** os Srs. conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo, em sessão plenária realizada no dia vinte e cinco de abril de dois mil e dezessete, à unanimidade, nos termos do voto do relator, conselheiro em substituição Marco Antonio da Silva:

1. **Acolher** a proposta de alteração do § 1º, do art. 3º da Resolução 227/2011, de modo a retirar a obrigatoriedade do envio das alterações dos normativos pelos jurisdicionados, conforme item 3.1 do Relatório de Levantamento 6/2016, promovendo-a através do meio cabível;

2. **Determinar** aos jurisdicionados a disponibilização, em seus portais, das versões atualizadas de todos os normativos (Leis, Decretos, Instruções Normativas, Procedimentos, entre outros), inclusive o Manual de Controle Interno, de forma a dar total acessibilidade pública, em atenção ao art. 6º da Lei 12.527/2011 (Lei de Acesso a Informação);

FOLHA Nº 12  
DATA 22/05/18  
PROCESSO Nº 3367/2016  
PRF. FOLHA 02 CM9G

FOLHA Nº 10  
DATA 22/05/18  
PROCESSO Nº 8491/2017  
PROCOLO CM9G

3. **Autorizar e determinar** que sejam adotadas as providências necessárias, no âmbito desta Corte, para a criação de mecanismos para a recepção estruturada e por meio eletrônico dos atos normativos que dizem respeito ao Sistema de Controle Interno dos órgãos e entidades sob a jurisdição do TCEES;
4. **Elaborar** capacitação para os responsáveis e demais agentes dos SCIs dos órgãos envolvidos, com conteúdo de excelência prática e carga horária de pelo menos 16 (dezesesseis) horas, abordando estudo de caso, exercícios sobre, elaboração de normativos, procedimentos e, especialmente, com abordagem à questão da Avaliação de Riscos;
5. **Autorizar** a utilização dos resultados do levantamento na composição da matriz de risco prevista no Manual de Auditoria de Conformidade, aprovado por meio da Resolução TC 287/2015;
6. **Estabelecer** critérios para subsidiar ações de controle para resgatar os órgãos que estão abaixo da média de 36,9 pontos, com base nas tabulações dos diversos cenários apresentados, principalmente naquele de Visão Geral (toda a população) sem Influência das Faixas de Receita (Item 4.3 do Relatório de Levantamento 6/2016);
7. **Promover a publicação**, nos termos do art. 144 da Lei Complementar Estadual 621/2012, do Relatório de Levantamento 06/2016, a Instrução Técnica Conclusiva, ITC 03907/2016-1 e o Acórdão oriundo da decisão do relator, com seus fundamentos legais, classificando todas as demais peças deste processo como sigilosas, com base no art. 25 da Lei 12.527/2011 c/c art. 4º, parágrafo único, da Resolução TC 279/2014;
8. **Arquivar** os autos após o trânsito em julgado.

FOLHA Nº 13  
DATA 21/05/18  
PROCESSO Nº 3471/2018  
CMBG  
PROTOCOLO CMBG

FOLHA Nº 11  
DATA 22/05/17  
PROCESSO Nº 849/2017  
CMBG  
PROTOCOLO CMBG

### Composição Plenária

Presentes à sessão plenária de deliberação o senhor conselheiro José Antônio Almeida Pimentel, vice-presidente no exercício da presidência, o senhor conselheiro em substituição Marco Antonio da Silva, relator, e os senhores conselheiros,

Domingos Augusto Taufner, Rodrigo Flávio Freire Farias Chamoun e Sérgio Manoel Nader Borges. Presente, ainda, o senhor procurador-geral do Ministério Público Especial de Contas, Luciano Vieira.

Sala das Sessões, 25 de abril de 2017.

**CONSELHEIRO JOSÉ ANTÔNIO ALMEIDA PIMENTEL**

**Vice-presidente no exercício da presidência**

**CONSELHEIRO EM SUBSTITUIÇÃO MARCO ANTONIO DA SILVA**

**Relator**

**CONSELHEIRO DOMINGOS AUGUSTO TAUFNER**

**CONSELHEIRO RODRIGO FLÁVIO FREIRE FARIAS CHAMOUN**

**CONSELHEIRO SÉRGIO MANOEL NADER BORGES**

Fui presente:

**LUCIANO VIEIRA**

**Procurador-geral do Ministério Público Especial de Contas**

**ODILSON SOUZA BARBOSA JUNIOR**

**Secretário-geral das sessões**

FOLHA Nº 11  
DATA 21/05/18  
PROCESSO Nº 347/2018  
PROTÓCOLO CMBC

FOLHA Nº 12  
DATA 22/05/17  
PROCESSO Nº 849/2017  
PROTÓCOLO CMBC